

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1206 - 25/02/2013 a 03/03/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares semanais

A Faep reage e a Monsanto recua



Sanidade

Ferrugem Asiática

História

Exumação Imperial

Legislação

Javaporcos

Aos Leitores



Nesta edição o tema principal é a questão do Termo de Acordo sobre o uso das sementes de soja transgênica com tecnologia da Monsanto. A empresa fez um acordo com as federações e com a CNA, cujas tratativas em seguida não foram respeitadas. A FAEP reagiu e na quinta feira, dia 21, em Brasília, a empresa recuou.

As possíveis dúvidas dos produtores sobre essas questões também estão nessas páginas, bem como a íntegra do texto que poderá ser assinado.

Além disso, você encontrará as recomendações a serem adotadas em relação à ferrugem da soja.

E a história de pesquisadores da USP que exumaram os corpos de Dom Pedro I e de suas duas mulheres, Dona Maria Leopoldina e Dona Amélia, num relato feito pelo jornal "O Estado de São Paulo".

Índice

O acordo com a Monsanto	03
Ferrugem Asiática	07
Exumação Imperial	10
Controle de Javaporcos	12
Favela Rural	14
Violência no Campo	16
Crateras na Pista	17
Eventos Sindicais	18
Via Rápida	20
Comissões da FAEP	22
Conseleite	23

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso e Katia Santos | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

SISTEMA FAEP



MONSANTO



A Faep reage e a Monsanto recua

Multinacional aceita defesa do produtor feita pela FAEP

Foram duras negociações, mas no final da manhã da última quinta feira, em Brasília, na sede da CNA, a Monsanto concordou com os argumentos expostos pela FAEP para refazer o acordo individual existente entre os produtores e a empresa sobre o uso da tecnologia RR (sementes transgênicas) de sua propriedade.

A FAEP, juntamente com a CNA e outras federações, haviam fechado um acordo com a Monsanto pelo qual os produtores rurais poderiam deixar de pagar royalties pelo uso de semente de soja transgênica RR1, cuja patente está sob-júdice. A FAEP considerou que os produtores rurais nada perderiam se aceitassem o acordo que deve ser firmado individualmente.

O acordo entre Monsanto e CNA/ Federações trazia uma minuta destinada aos acordos individuais com produtores em que estes renunciavam qualquer questionamento judicial em relação à validade da patente da RR1.

A Monsanto, contudo, ao invés de utilizar a minuta acordada, conforme as tratativas, optou por outro texto no qual, além da renúncia a qualquer ação judicial em relação à RR1, o produtor rural aceitava as condições que a empresa queria impor a uma nova semente transgênica, a ser lançada brevemente.

Em resumo, a FAEP informou à Monsanto que o acordo individual não deveria conter os termos de licenciamento da RR2.

“Ao lançar mão desta manobra, a Monsanto desonrou o acordo feito com as federações de agricultura para tentar fazer com que produtores convalidassem previamente as condições que a empresa desejava para nova semente transgênica”, disse o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

A FAEP considerou e divulgou que este comportamento da empresa não era correto.

Em seguida a Confederação Nacional da Agricultura – CNA também emitiu nota nesse sentido.

Diante desse posicionamento da entidade paranaense que foi acompanhada por outras federações e a CNA, a Monsanto propôs na quinta feira (21) refazer os termos do acordo inicial. Isso ocorreu na sede da CNA com a presença dos presidentes Ágide Meneguette (FAEP), Eduardo Riedel (Famasul), Carlos Rivaci Sperotto (Farsul), José Mario Schreiner (FAEG) e representantes da Confederação.

O Termo, em seu artigo 5º, que trata da questão específica da RR2, estipula:

Este documento não constitui licença de uso para outras tecnologias em soja que venham a ser disponibilizadas pela Monsanto. Em a Monsanto lançando comercialmente no Brasil soja contendo outras tecnologias, e na hipótese do Produtor optar pela utilização dessa soja, o Produtor concorda que será necessária assinatura prévia de um Acordo com a Monsanto para licenciamento de uso das referidas tecnologias.

Em português claro, ao abordar o lançamento comercial de soja “com outras tecnologias” trata-se da chamada Intacta (RR2) que ainda depende da aprovação dos chineses – principais importadores de soja, para vir a ser comercializada no Brasil.

A íntegra do Termo de Acordo e Quitação Geral você encontra no site da FAEP: sistemafaep.org.br

O que você precisa saber sobre o acordo com a Monsanto

Um roteiro sobre suas possíveis dúvidas

1 - Por que a FAEP assinou o acordo comum com a Monsanto, CNA e outras 10 federações da Agricultura?

A FAEP considera que o acordo possibilita uma opção que representa um ganho imediato para o produtor, que é deixar de pagar pelos royalties da soja RR1 nas safras 2012/13 e nas safras futuras. A FAEP acredita que o acordo evita uma ação judicial incerta e onerosa contra a Monsanto, uma vez que a decisão final da Justiça sobre a validade da patente da tecnologia RR1 deve demorar. Além disso, as partes assinaram um acordo que estabelece as bases para o lançamento de novas tecnologias em soja, o que contribuirá para o aumento da produtividade da cultura.

2 - O acordo assinado pela FAEP, CNA e outras federações obriga o produtor a assinar o acordo individual com a Monsanto?

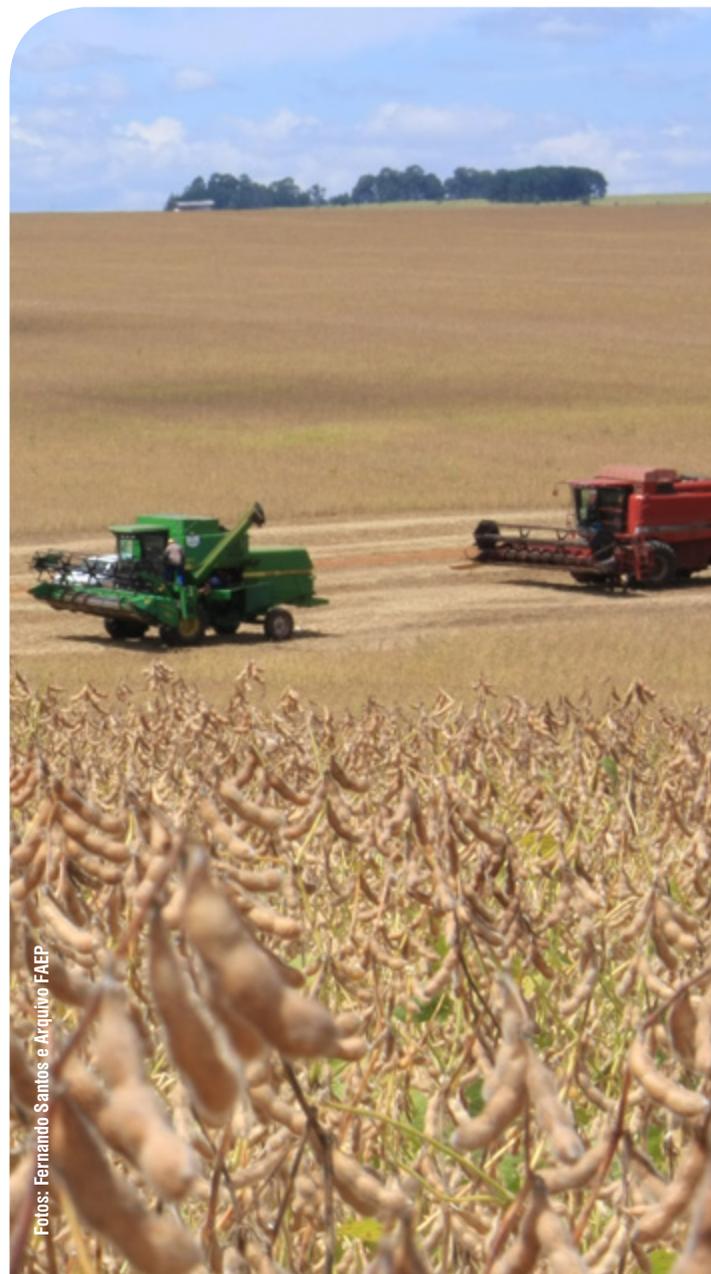
Não. O acordo firmado não obriga os produtores a assinarem o acordo individual. A decisão é individual, de cada produtor,

3 - Quais as alterações na nova versão do acordo individual que o produtor pode assinar com a Monsanto?

A nova versão individual do acordo ficou mais simplificada e foram excluídos os termos de licenciamento da soja INTACTA RR2 PRO, que vinha gerando questionamento dos produtores por se tratar de uma tecnologia ainda não disponível comercialmente. Entretanto, o agricultor que no futuro optar por plantar uma nova tecnologia terá de assinar um termo de licenciamento referente a esta tecnologia.

4 - O produtor que já assinou o acordo com a Monsanto com os termos de licenciamento da Soja Intacta RR2 PRO poderá assinar a nova versão do acordo que excluiu esses termos?

Sim. Esse documento que os produtores assinaram contendo os termos de licenciamento da tecnologia (INTACTA RR2 PRO) poderá ser substituído com a assinatura do novo acordo. Nesse caso, os produtores terão até o dia 31 de março de 2013 para



Fotos: Fernando Santos e Arquivo FAEP



assinar o novo acordo. Para os agricultores que já assinaram o termo anterior e querem estar licenciados para plantar INTACTA RR2 PRO, não há necessidade de assinar um novo acordo.

5 - Onde estará disponível a nova versão do acordo individual do produtor com a Monsanto ?

O produtor deve procurar o novo acordo para assinatura nos Pontos de Vendas da Monsanto onde adquiriu suas sementes, sua cooperativa ou multiplicador. Pode também imprimir da internet, no portal da Monsanto (www.monsanto.com.br) ou ainda nos sindicatos rurais.

6 - Quais os procedimentos para assinar o acordo ? Como preencher:

O agricultor deverá preencher as seguintes informações do acordo:

- Nome;
- CPF;
- Endereço;
- CEP;
- Cidade / Estado.

O preenchimento de forma legível é fundamental para identificar os dados do produtor.

- Reconhecer firma e enviar para a Monsanto.
- Recomendável fazer uma cópia e o produtor guardar uma via para si.

Após preenchimento, o agricultor deverá assinar e reconhecer sua firma em cartório, enviar uma cópia

eletrônica para o email acordo.soja@monsanto.com, com ou via Fax (11) 3383-8733, e posteriormente o documento original para Caixa Postal: 29231 - CEP: 04578-910 - Cidade: São Paulo – SP, ou ainda, entregar no ponto de venda de suas sementes com tecnologia RR.

“SOMENTE SERÃO VÁLIDOS ACORDOS COM FIRMA RECONHECIDA.”

Em caso de dúvidas entrar em contato com: Central de Interação Monsanto (CIM) pelo telefone 0800 940 6000 ou Representante Técnica de Vendas (RTV) Monsanto da sua região.

7 - Qual o prazo final para quem ainda não tinha assinado o acordo ser beneficiado pela isenção de pagamento de royalties da safra 2012/13 e posteriores?

O prazo final depende da forma como o produtor efetua o pagamento de royalties.

- Para Boleto e pagamento antecipado na semente: O prazo final é 28 de fevereiro de 2013. Esse prazo vale para o produtor que ainda não pagou o boleto que vence em 28/02/13.

Caso o produtor tenha pago o boleto de 28/02 ou pago o royalty antecipadamente na semente, poderá ainda assim assinar o acordo até 31 de março e será ressarcido desses valores pela Monsanto.

- Para pagamento na produção (moega) – semente salva/boletos não pagos

Caso o sojicultor não tenha assinado o acordo nem pago o boleto, a partir do dia 1º de março de 2013 será feito o desconto no momento da comercialização.

- Quem não pagou, mas está para entregar a produção nos próximos dias (fev/març)?

Nesse caso, o agricultor pode: pagar o boleto até o dia 28/02/13 ou assinar o acordo antes da comercialização dos grãos.

8 - Caso o produtor assine o acordo e entregue sua produção de soja em mais de um estabelecimento, como deverá proceder?

Nesse caso recomendamos que o produtor mantenha uma cópia do acordo assinado e com firma reconhecida. O sistema da Monsanto demora no máximo 3 dias para registrar o produtor que assinou o acordo. Caso tenha assinado o acordo num estabelecimento e entregue a produção na mesma semana em outros estabelecimentos, é recomendável manter cópia do acordo.

9 - Caso tenha assinado o acordo com os termos de licenciamento da soja INTACTA RR2 PRO e não tenha interesse em assinar o novo acordo, quais as implicações?

A assinatura dos acordos não obriga o produtor a plantar a nova tecnologia INTACTA RR2 PRO. Nesse caso o produtor estará concordando com os termos de licenciamento da soja INTACTA RR2 PRO, uma tecnologia ainda não lançada no mercado. A decisão é individual, de cada produtor.

10 - Como será o sistema de cobrança de royalties na moega da INTACTA RR2 PRO?

Um dos termos do acordo assinado pela CNA, federações, inclusive a FAEP, é de estabelecer melhorias, de comum acordo, no sistema de cobrança pelo uso da tecnologia não paga antecipadamente. Será discutido se o sistema atual é o mais eficiente ou se há alternativas.

11 - Há dúvidas sobre a continuidade da soja RR1 no mercado. Qual o compromisso da Monsanto em relação a manter a oferta de soja RR1 e de variedades convencionais de soja e milho, quando de lançamentos de novas tecnologias como a INTACTA RR2 PRO?

Informações prestadas diretamente pela Monsanto: “Assim como a Monsoy, marca da Monsanto, é atualmente a líder de mercado no segmento de soja convencional, a Monsanto tem como estratégia oferecer um amplo leque de produtos e tecnologias para que o agricultor tenha opção de escolha

no momento do plantio. Além disso, a tecnologia RR1 é oferecida tanto pela Monsanto quanto por diversas empresas licenciadas, detentoras de suas próprias variedades. É importante ressaltar que a tecnologia INTACTA RR2 PRO exige o plantio de área de refúgio, que é uma área a ser plantada sem a tecnologia INTACTA RR2 PRO.”

12 - Como está a ação judicial impetrada no MT no caso da validade da patente da soja RR1?

Informações prestadas diretamente pela Monsanto: “Produtores de soja do Mato Grosso e respectivas entidades representativas estão questionando na Justiça o prazo de vigência da patente da tecnologia chamada RR1 que, segundo afirmam, teria se extinguido em 2010. A primeira decisão da justiça em outubro de 2012 foi favorável a essa tese. A Monsanto contestou a ação afirmando que esse prazo se encerra em 2014 e reverteu a decisão a seu favor. Com isso os pagamentos correspondentes estão sendo efetuados em juízo ou diretamente a Monsanto, até julgamento final de mérito. Essa ação civil data de setembro de 2012, tramitando ainda nas primeiras instâncias judiciais de Mato Grosso e deve levar ainda alguns anos para uma decisão final no Supremo Tribunal em Brasília.”

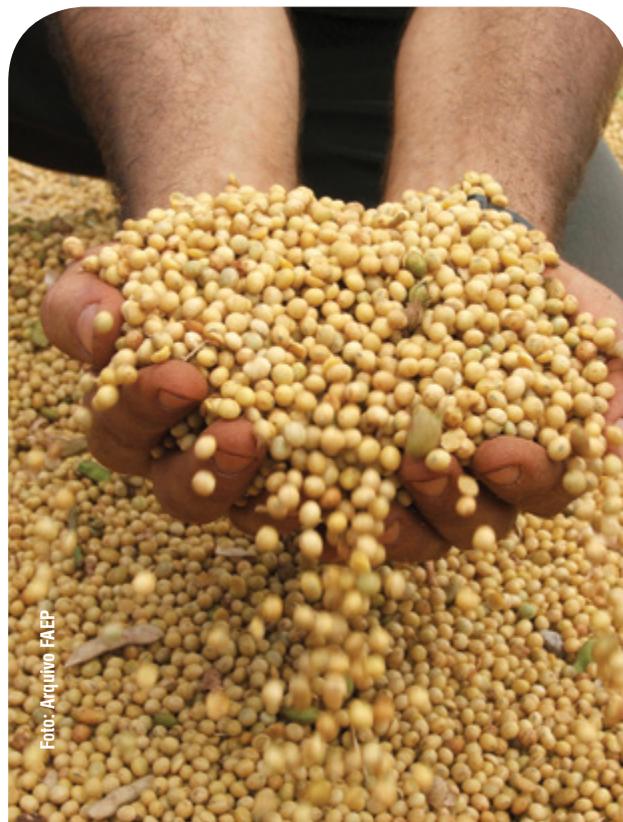


Foto: Arquivo FAEP

Olho na Ferrugem

As orientações da FAEP sobre a ferrugem da soja

Por Leandro Alegransi e Carla Beck- DTE/FAEP

A rápida expansão e o grande potencial de perdas fazem da Ferrugem da Soja, ou Ferrugem Asiática, uma das mais importantes doenças dessa cultura. O fungo *Phakopsora pachyrhizi* é muito agressivo e pode causar rápido amarelecimento e queda prematura de folhas, causando danos na formação das vagens e enchimento de grãos, acarretando perdas consideráveis na colheita.

Segundo o Consórcio Antiferrugem, em janeiro o Paraná estava com 86 ocorrências e até 20 de fevereiro já apresenta 110 casos. É o maior número de registros de ocorrência no Brasil, veja o posicionamento dos estados (**tabela 1**).

Nem todos os estados produtores do grão têm registros de ocorrência de Ferrugem Asiática nas lavouras, mas isso não quer dizer que não possuam a doença a campo, pois esse registro é voluntário. O ideal é que todos os casos fossem registrados, para que se meça a abrangência da doença no país e se tenha dados o mais próximos possível da realidade das lavouras de soja brasileiras, até mesmo para que sejam calculadas as perdas de produção e o aumento no custo de produção. Veja as entidades que estão fazendo o trabalho de registro no Paraná e os principais municípios (**tabela 2**).



Tabela 1

Estado	Registro de Ocorrências
Paraná	110
Rio Grande do Sul	87
Mato Grosso	85
Goiás	34
Mato Grosso do Sul	12
São Paulo	12
Bahia	3
Santa Catarina	3
TOTAL	346

Tabela

Entidade	Registro de Ocorrências
Fundação ABC	110
COAMO	87
Embrapa Soja	85
SEAB-PR	34
Copacol	12
EMATER-PR	12
TAGRO Tecnologia Agropecuária Ltda.	3
Universidade Estadual de Maringá	3

Município

Ponta Grossa	20
Tibagi	11
Carambeí	10
Castro	8

O monitoramento constante das lavouras, principalmente quando as condições climáticas forem favoráveis ao desenvolvimento do fungo, é a principal ferramenta de manejo para o controle preventivo da doença. As infecções ocorrem com temperaturas entre 20°C e 25°C e com 6 horas de umidade, sendo que taxas de infecções máximas ocorrem entre 10 a 12h nesse estágio.

Os sintomas podem ocorrer em toda a parte aérea da planta, mas é mais comum nas folhas, iniciando-se por pequenos pontos de coloração castanho claro a marrom. Evoluem para pústulas e por fim o amarelecimento, crestamento e desfolha prematura. Os sintomas são observados predominantemente na face inferior das folhas.

Devem-se priorizar no monitoramento os locais onde as condições são mais favoráveis. São os locais semeados mais cedo e onde a umidade se acumula com maior frequência. O produtor deve caminhar pela lavoura coletando folhas, do baixeiro, de plantas ao acaso. O monitoramento deve ser feito desde os estádios vegetativos, porque potencialmente a doença pode atacar a planta em qualquer um deles. Na fase do florescimento, as visitas às lavouras devem ser intensificadas porque o risco é maior nos estádios reprodutivos.

Das 110 ocorrências de ferrugem registradas até agora no Consórcio Antiferrugem, todas foram no período reprodutivo da soja. Veja as ocorrências por estágio de desenvolvimento na tabela abaixo:

Estágio de Desenvolvimento da Soja		Ocorrências
R1	Início do florestamento	3
R2	Florescimento pleno	5
R3	Início da formação da vagem	10
R4	Vagem completamente formada	12
R5	Início de enchimento do grão	66
R6	Grão completo	10
R7	Início da maturação	3
R8	Maturação plena	1
Total		110



Fotos: Divulgação



As cultivares utilizadas no Brasil e as épocas de semeadura, podem fornecer subsídios importantes para a tomada de decisão referente ao momento ideal para se fazer o controle químico. É o que justifica a tendência de se plantar antecipado e com cultivares superprecoce, possibilitando redução no número de aplicações no ciclo. A aplicação do fungicida deve ser técnica, levando em conta alguns fatores, tais como: presença do fungo na região, idade das plantas e condição climática favorável.

O número de aplicações vai depender da época de ocorrência da doença, quanto mais cedo a doença ocorrer, maior a possibilidade de ter que realizar várias aplicações. Em muitos casos, a ferrugem pode aparecer no início de formação de vagens e grãos. Nesse caso, uma única aplicação pode controlar a doença. Mesmo realizando a primeira aplicação, deve-se manter o monitoramento para verificar se está ocorrendo reincidência da doença. Mas antes de decidir por nova aplicação, o produtor deve observar se as condições climáticas estão ou permanecem favoráveis à ferrugem.

É importante também avaliar a relação custo-benefício da aplicação. Dependendo do estágio da cultura em que a doença incide, a produtividade poderá não ser mais afetada e, portanto, a aplicação é desnecessária. No entanto deve-se estar atento, pois o inóculo continua sendo produzido e pode infectar e reinfestar lavouras vizinhas de ciclo mais tardio.

A melhor prevenção que o produtor pode fazer é realizar o período obrigatório de “vazio sanitário”, de 15 de julho a 15 de setembro. Com a eliminação das plantas de soja que germinaram espontaneamente, diminui-se o número de esporos do fungo no ambiente, evitando-se os focos precoces e retardando a expansão inicial da doença.

Estudo da USP revela detalhes da vida de imperadores

O jornal “O Estado de S. Paulo” acompanha desde o começo o projeto de exumação dos corpos de D. Pedro I e de suas duas mulheres, Dona Maria Leopoldina e Dona Amélia

Pela primeira vez em quase 180 anos, os restos mortais do primeiro imperador brasileiro, Dom Pedro I foram exumados para estudos. Também foram abertas as urnas funerárias de suas duas mulheres: as imperatrizes Dona Leopoldina e Dona Amélia. Os exames - realizados em sigilo pela historiadora e arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel, com o apoio da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) - revelam fatos desconhecidos sobre a família imperial brasileira, agora comprovados pela ciência, e compõem retrato jamais visto dos personagens históricos. Os corpos estavam no Parque da Independência, monumento do Ipiranga, zona sul de São Paulo, desde 1972.

Confira abaixo dez verdades reveladas pela arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel e por pesquisadores da Faculdade de Medicina da USP sobre os ilustres, segundo o “Estado de S. Paulo – Estadão”:

1. Dom Pedro I foi realmente enterrado - e não cremado, como afirma texto exposto no interior do Monumento à Independência, no Ipiranga, que abriga a cripta com os restos mortais do imperador e das duas imperatrizes. O estudo arqueológico na cripta afasta de vez a suspeita de que não haveria corpos ali.
2. A segunda mulher de Dom Pedro I, Dona Amélia de Leuchtenberg, foi mumificada. Seu corpo está preservado, inclusive cabelos, unhas e cílios.
3. Dona Leopoldina não teve o fêmur quebrado. Acreditava-se que ela teria caído - ou sido derrubada por Dom Pedro - de uma escada e sofrido uma grave fratura, que teria culminado em sua morte.
4. Dom Pedro I sofreu fraturas em quatro costelas. A causa



Fotos: Divulgação

seriam duas quedas de cavalo, em 1823 e 1829 - ele era um apaixonado por velocidade.

5. Dona Leopoldina foi enterrada com a mesma roupa com que foi coroada imperatriz do Brasil, em 1822. Como único ornamento, usava brincos de ouro com gemas que - presumia-se - eram pedras preciosas. Análise mostrou, no entanto, que são de resina - ou seja, eram bijuteria.

6. Dom Pedro I foi enterrado como Dom Pedro IV de Portugal, com roupas de general. Todas as insígnias encontradas com sua ossada são portuguesas, sem referências em suas vestes ao passado imperial brasileiro.

7. Quando morreu, aos 66 anos, Dona Amélia tinha escoliose severa - desvio na coluna que a fazia andar torta - e osteoporose.

8. Dom Pedro I não era tão alto como se supunha. Ele media entre 1,66 m e 1,73 m - alto para um português da época, mas de mediano para baixo para um homem brasileiro atual.

9. Dom Pedro I foi enterrado com solo da região de Porto, em Portugal. Possivelmente, uma homenagem da cidade ao homem que liderou o “Cerco do Porto” (1832-1833), famoso episódio da guerra pelo trono português, entre liberais e absolutistas.

10. Dona Amélia foi enterrada totalmente de preto. Ela guardou luto por 42 anos, após a morte de Dom Pedro I. A descoberta mais surpreendente veio antes ainda de que fosse levada ao hospital: ao abrir o caixão, a arqueóloga descobriu que a imperatriz está mumificada, fato que até hoje era desconhecido em sua biografia. O corpo da imperatriz, embora enegrecido, está preservado, inclusive cabelos, unhas e cílios. Entre as mãos de pele intacta, ela segura um crucifixo de madeira e metal.

A pesquisa

A exumação fez parte do trabalho de mestrado da arqueóloga e historiadora Valdirene do Carmo Ambiel, 42 anos, que defendeu no último dia 18 de fevereiro sua dissertação no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Valdirene trabalhou durante sete meses sob sigilo no ano passado, entre fevereiro e setembro. Segundo ela, obteve em 2010 a autorização de descendentes da família real brasileira para exumar os restos mortais.

Os exames foram realizados no Hospital das Clínicas de São Paulo e contaram com a ajuda de especialistas da Faculdade de Medicina da USP.

Transporte feito de madrugada

Segundo informações do site do jornal “O Estado de S. Paulo”, um esquema de segurança foi montado para transportar as urnas funerárias de madrugada desde a cripta imperial, no Parque da Independência, no bairro do Ipiranga, até o local dos exames, em Cerqueira César, onde, sob sigilo, os esqueletos foram submetidos a ultrassonografias e tomografias.



A norma do Ibama para controle dos javaporcos

Veja as exigências da Instrução Normativa válidas no território nacional

A edição 1180 deste BI, em junho do ano passado, trouxe em sua matéria de capa a matéria “Javaporcos, exóticos, vorazes e violentos” revelando os problemas causados por esse animal que é resultado do cruzamento de javalis com suínos domésticos. Uma união, portanto, da resistência à pragas e doenças inerentes à vida selvagem dos primeiros com a fertilidade dos suínos domésticos. Alertou-se para a ausência de uma legislação no estado capaz de controlar esses animais que gradualmente foram se espalhando pelo território paranaense e cujo prato predileto é o milho, embora não rejeite o trigo, a aveia e a soja.



Em 1º de fevereiro, no Diário Oficial da União o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi publicada a Instrução Normativa n. 03/13 (IN 03/13), que trata de nocividade do animal e permite o controle populacional em todo o território nacional.

A engenheira-agrônoma Carla Beck, do Departamento Técnico Econômico da FAEP, acompanhou as discussões sobre a legislação que culminou com a IN do Ibama e faz o seguinte relato:

O Paraná, há tempos, enfrenta problemas com o aumento da população de javalis (*Sus scrofa*) e de seu cruzamento com o porco doméstico, o “javaporco” (porco feral).

O javaporco causa danos às culturas agrícolas, ataca animais de criação, transmite doenças,



incluindo a raiva, a leptospirose e a febre aftosa, promove a dispersão de plantas daninhas e altera processos ecológicos, sobretudo a regeneração natural da vegetação.

Vários produtores relataram prejuízos às lavouras com o ataque desses animais. Para oficializar esse problema a FAEP entregou ofício ao superintendente do Ibama solicitando o abate do javaporco.

A medida tem como objetivo o controle desses animais e seus cruzamentos espécie que tem forte presença em algumas regiões do Paraná.

O controle do javaporco será realizado por meios físicos, respeitando o art. 10 da Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, que diz:

Art. 10. A utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre são proibidas.

- a) com visgos, atiradeiras, fundas, bodoques, veneno, incêndio ou armadilhas que maltratem a caça;
- b) com armas a bala, a menos de três quilômetros de qualquer via térrea ou rodovia pública;
- c) com armas de calibre 22 para animais de porte superior ao tapiti (*sylvilagus brasiliensis*);
- d) com armadilhas, constituídas de armas de fogo;
- e) nas zonas urbanas, suburbanas, povoados e nas estâncias hidrominerais e climáticas;
- f) nos estabelecimentos oficiais e açudes do domínio público, bem como nos terrenos adjacentes, até a distância de cinco quilômetros;
- g) na faixa de 500 metros de cada lado do eixo das vias férreas e rodovias públicas;
- h) nas áreas destinadas à proteção da fauna, da flora e das belezas naturais;
- i) nos jardins zoológicos, nos parques e jardins públicos;
- j) fora do período de permissão de caça, mesmo em propriedades privadas;
- l) à noite, exceto em casos especiais e no caso de animais nocivos;
- m) do interior de veículos de qualquer espécie.

A IN 03/13 do IBAMA veda métodos que possam afetar animais que não sejam alvo do controle.

Outras exigências

Para o controle do Javaporco somente será permitido o uso de armadilhas que capturem os animais mantendo-os vivos, sendo proibidas aquelas capazes de matar ou ferir, como,

por exemplo, laços e dispositivos que envolvam o acionamento de armas de fogo.

O emprego de armadilhas, substâncias químicas (salvo o uso de anestésicos) e a realização de soltura de animais para rastreamento com finalidade de controle somente serão permitidos mediante autorização que deverá ser solicitada no site do Ibama na seção “Serviços”.

Os javalis capturados durante as ações só podem ser abatidos no local da captura, sendo proibido o transporte de animais vivos.

A aquisição, o transporte e o uso de armas de fogo para o controle de javalis deverão obedecer às normas que regulamentam o assunto. Ou seja, é admitido o uso da arma somente nos casos em que houver o porte de arma.

Todos os produtores que necessitem realizar o controle populacional dos animais têm que se inscrever no Ibama, e adquirir Cadastro Técnico Federal (CTF).

Para fins de fiscalização, todas as pessoas físicas e jurídicas que realizarem o controle de javalis deverão portar cópia do Certificado de Regularidade no CTF e deverão encaminhar relatórios trimestralmente disponível no site do Ibama na seção “Serviços”.

O descumprimento do encaminhamento do relatório será impeditivo para emissão do Certificado de Regularidade no CTF.

O controle de javalis não será permitido nas propriedades particulares sem o consentimento dos titulares e dentro de Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais deverá ser feito mediante anuência do gestor da Unidade.

A IN autoriza o controle de javalis sem limite de quantidade e em qualquer época do ano. E deixa bem claro que todos os produtos e subprodutos obtidos por meio do abate de javalis não poderão ser distribuídos ou comercializados.

O Ibama constituirá, no prazo de 30 dias após a publicação desta IN, um comitê permanente interinstitucional de manejo e monitoramento das populações de javalis em território nacional para o acompanhamento das ações e revisão do plano de ação para o controle do javali no Brasil.

É importante ressaltar que os produtores rurais façam o controle do javaporco observando a legislação aplicável, principalmente as exigências da IN . 03/13 Ibama.

Favela Rural

Por Friedmann Wendpap

O ministro Gilberto Carvalho afirmou que há muitos assentamentos rurais favelizados, sendo imperioso mudar a política de dar terra e manter os rurícolas dependentes do Incra, sem concretizar a esperança de autonomia. A crítica foi ácida: o Movimento dos Sem-Terra (MST) disse que a presidente está iludida com o agronegócio, seu governo é um dos piores na reforma agrária e não percebe a desnacionalização das terras e dominação das empresas transnacionais; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) adjetivou de pejorativa a expressão “favela rural”.

Para o MST, o desenvolvimento da agricultura familiar exige investimento do Estado, dando infraestrutura, assistência técnica e compra da produção. Com menos ênfase na dependência em relação ao poder público, a Contag pediu crédito e assistência técnica para os assentados. Adão e Eva esperavam que Deus desse tudo, bastando estender a mão para apanhar frutas pret-a-manger. Pena que a vida fora do paraíso impõe sofrimento para que nos alimentemos. É preciso trabalhar muito, ter iniciativa sem esperar que o Estado, o deus ideológico, tudo provenha.

Os milhares de assentamentos feitos desde a Lei do Estatuto da Terra, de 1964, geraram riqueza, retendo as pessoas voluntariamente no campo? Em 1960 havia 38 milhões de brasileiros na roça e 31 milhões na cidade. Em 2000, 138 milhões nas cidades e 31 milhões fora delas, prevendo o IBGE que em 2050 a população agrícola será de 6 milhões de pessoas, 2,5% do total de habitantes. Gastaram-se fortunas de dinheiro público; milhões de pessoas foram postas na atividade rural e poucas permaneceram. A distribuição de glebas é projeto do século 19, mantido contra os fatos modernos.

Questão diferente é lutar contra a concentração excessiva da propriedade de imóveis rurais. Não por razões socialistas, mas por liberalismo. Os oligopólios matam a competição, reduzem a eficiência, desequilibram a distribuição de poder dentro da sociedade. Para salvar o capitalismo pode ser necessário fazer reforma agrária. Móbil distinto dos chamados “movimentos sociais” que glorificam a vida campestre.

Ontem todos eram obrigados a produzir o próprio alimento. Morava-se compulsoriamente no campo. Hoje, máquinas amanhã a terra e as pessoas podem viver nas urbes, de modo a potencializar inteligências, gerando riqueza cultural nunca alcançada em sociedades agrárias. A urbanização é uma das



Fotos: Divulgação

consequências da ciência que levou os humanos a quase se libertarem da natureza. Não há retorno.

Adâmicos veem as pessoas como anjos caídos, vitimados pela corrupção da vida urbana. Os assentamentos servem para eliminar as maldades sociais que depravam os humanos. Em ambiente rural restaurar-se-á a angelicalidade. Pol Pot levou essa tese ao extremo. Crânios de milhões de cambojanos testemunham o desastre. Para essa visão nostálgica, deve-se voltar ao começo.

A agricultura é negócio, não sacerdócio. Afagar a terra, fecundar o chão, atos preñhes de simbolismo que remetem ao passado. O paraíso não está numa antiga inocência perdida na degustação da fruta proibida. O éden está no futuro, como construção que admite as imperfeições e engenha boa convivência, urbana e rural. Constructo, não dado.

A sentir saudade de passado inexistente, preferível ansiedade para construir o futuro.

Friedmann Wendpap, mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná, é professor de Ciência Política, Teoria do Estado e Direito Internacional da Universidade Tuiuti do Paraná e da Escola da Magistratura Federal no Paraná. Foi juiz de direito do Estado do Paraná e atualmente é juiz federal.

(Publicado na Gazeta do Povo em 18/02/2013)

“Gastaram-se Fortunas de dinheiro público; milhões de pessoas foram postas na atividade rural e poucas permaneceram. A distribuição de glebas é projeto do século 19, mantido contra os fatos modernos”.



Violência no campo

O desabafo sobre a Segurança

“Quero mais uma vez parabenizar a qualidade deste Boletim Informativo e dizer que, no BI-1204, página 24 e 25, com o título “Segurança Rural - Um be-á-bá para tentar se proteger da violência no campo”. Esta reportagem expõe dois lados de um problema que assombra a área rural há muito tempo e que vem se intensificando nesses últimos anos.

Sabidamente a segurança pública nos orienta a tomarmos providências para tentarmos nos proteger da violência no campo. Mas só isso basta?

A matéria apresenta a experiência de Apucarana. Desculpe a minha ignorância de conhecimento. Como um sistema de segurança pública pode atuar no combate ao crime, quando as nossas Leis favorecem mais aos que a infringem do que beneficia os cidadãos de bem? Por exemplo, aqueles que trabalham fortemente no setor que é a maior alavanca comercial do Paraná e do Brasil e que há décadas vem sustentando o equilíbrio da balança comercial brasileira? Vivemos em um Estado que, de maneira geral, podemos colocá-lo como um possuidor das melhores terras agrícolas do País, um dos principais produtores e exportadores do Brasil.

Contribuímos imensamente para a colocação do País na terceira posição de maior produtor agrícola do mundo (o Brasil está atrás apenas dos Estados Unidos e da União Européia, deixando para trás Canadá, Austrália e China). Da mesma forma como a FAEP e o SENAR-PR atuaram fortemente na campanha pela aprovação do novo Código Florestal, também gostaria de uma forte ação na área de segurança pública.

A sensação que o cidadão brasileiro vive é de que os honestos necessitam se estabelecer atrás das grades instaladas em suas empresas, seja ela urbana ou rural, para se proteger da criminalidade crescente no país. O que se constata é que quem deveria estar sim atrás das grades tem circulado livremente pelas ruas de nossas cidades e campos. Até quando suportaremos, nós, produtores rurais (estendo aqui para a área urbana minhas considerações), a insegurança no campo.

No ano passado foi realizada uma reportagem sobre furtos em propriedades rurais pelo jornal O Diário do Norte do Paraná e, mais recentemente, foi publicado outra reportagem sobre a prisão de alguns elementos de uma quadrilha de roubo de gado na nossa região”.

**Luis Carlos Branco Flamengo, produtor rural
Maringá - PR**

NR

- Esse justo desabafo de Branco, baseado em Maringá e com propriedade em Paranacity, sintetiza o sentimento da maioria dos brasileiros.
- A FAEP tem mantido permanente contato com a Polícia Militar e com a Secretaria de Segurança Pública disposta a apoiar medidas efetivas de combater a violência no campo.
- Acrescente-se que Branco foi vítima em 4 de fevereiro, na sua propriedade, de mais uma ação de bandidos. Dez dias depois retornaram e novamente levaram objetos de trabalho na propriedade de Paranacity, ambos furtos registrados em BOs na Delegacia de Polícia.

Crateras na Pista

A demora das obras em estradas de cidades do noroeste do PR

Produtores de pelo menos seis municípios do Noroeste do Paraná estão pedindo socorro. Uma chuvarada passou por lá há dois meses, e destruiu mais de 40 pontes e pontilhões. O governo estadual prometeu agir rápido para recuperar a infraestrutura, mas, até agora, nada foi feito. As enxurradas atingiram os municípios de Itaguajé, Lupionópolis, Colorado, Cafeara, Santa Inês e Santo Inácio. O presidente do Sindicato Rural de Colorado, Pedro Versali, disse que muitas pontes foram destruídas e há casos de produtores que não têm acesso às propriedades. “Isso representa um grande prejuízo à região. É um desrespeito a nossa população”, lamentou.

O produtor de leite Darcy Piffer, de Colorado (22.345 habitantes, segundo o IBGE), já perdeu as contas do prejuízo que acumulou com a queda de uma ponte que dava acesso a sua propriedade. Antes disso, ele percorria uma distância de oito quilômetros para chegar ao Sítio São Luiz, em Itaguajé. Hoje tem que dar uma volta inteira e rodar 50 quilômetros. “A gente não tem mais estrada, se chove ninguém sai do lugar. Pedimos a recuperação e nada foi feito, estamos abandonados”, desabafou.

Na mesma situação está o produtor Valdomiro Aparecido Assoni, de Colorado, que precisa pegar um desvio emergencial para ter acesso a sua propriedade. “O meu sítio fica a oito quilômetros da minha casa, agora o trajeto inclui 38 quilômetros”. A boa notícia, segundo Assoni, uma retroescavadeira já estava no desvio entre Colorado e Itaguajé, no quilômetro sete.

No dia 15 de janeiro deste ano, o Departamento de Estradas de Rodagens do Paraná (DER) anunciou a liberação de R\$ 3,5 milhões na construção de uma ponte de 45 metros na PR-340, entre Itaguajé e Santa Inês, no quilômetro 616, além da colocação de galerias e bueiro metálico na PR-542, entre Colorado e Itaguajé.

O secretário de finanças da prefeitura de Itaguajé (4.568 habitantes, segundo o IBGE), Sérgio Pereira de Souza, confirmou a liberação dos recursos, mas questionou a demora ao início da recuperação das estradas na região. “No dia 28 de dezembro o documento com o pedido de liberação da verba já estava em Curitiba, mas o governo só liberou na segunda quinzena de fevereiro”, observou. Segundo ele, as obras em Itaguajé iniciam segunda-feira (dia 25) e, se a chuva não atrapalhar, terminam no prazo de 90 dias.



Fotos: Divulgação



CANDÓI



De olho na qualidade

A extensão de base do Sindicato Rural de Guarapuava de Candói ofereceu o curso de Olho Na Qualidade. A primeira etapa de sensibilização, com duração de quatro horas, aconteceu no dia 8 de fevereiro para um grupo de 18 participantes. O curso é uma parceria com a Cresol e tem o objetivo de implantar processos de organização na propriedade rural visando à melhoria da qualidade. O curso que termina em abril está sendo ministrado pela instrutora Joseane Luzia Granemann.

GUARAPUAVA



Armazenagem e secagem de grãos

De acordo com especialistas, as perdas da produção agrícola brasileira ocorrem na colheita, transporte e também se observam prejuízos significativos durante o processo de armazenamento. A fim de capacitar profissionais para realizar a armazenagem e secagem dos grãos de forma adequada, sem evitar desperdícios, o Sindicato Rural de Guarapuava realizou o curso de Armazenista, nos dias 22 a 26 de janeiro, na Fazenda Capão Redondo. O instrutor do grupo de nove participantes foi Pedro Felipe Kastel.

PONTA GROSSA



Curso de Classificação de grãos

O Sindicato Rural de Ponta Grossa em parceria com a Cooperativa Coopagrícola realizou nos dias 28 e 29 de janeiro dois cursos de Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - Soja e Milho, cada um com duração de oito horas. O instrutor foi Patrick Johannes Scholten. Participaram do curso os funcionários da Cooperativa, produtores rurais e filhos dos cooperados.

SÃO JOÃO



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de São João realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital Básico-16 horas. As aulas aconteceram nos dias 16 e 17 de janeiro com a participação de 11 inscritos. O curso tem o objetivo de oferecer conhecimento necessário ao produtor rural para que ele utilize o computador, acesse a internet e busque informações para obter melhores resultados na gestão de seus negócios.

SÃO JORGE D'OESTE



Derivados de leite

O Sindicato Rural de São Jorge d'Oeste em parceria com a Cooperativa de Produtores de Leite (Cooprol) ofereceu o curso Produção Artesanal de Alimentos - Derivados de Leite. O grupo de 10 participantes teve como instrutora Ednilza Godoy Vieira. O curso aconteceu nos dias 4 e 5 de fevereiro na Chacará da Coasul.

CORNÉLIO PROCÓPIO



Operação fora da estrada

No dia 21 de janeiro, o Sindicato Rural de Cornélio Procópio, em parceria com o Serviço Social do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) realizou o curso de Técnicas de Operação Fora-de-Estrada - veículos canavieiros. Participaram do curso condutores de veículos canavieiros da Dasa – Destilaria Americana, localizada no município de Nova América da Colina. O curso foi ministrado pelo técnico do Sest/Senat, Alfredo Lepri. O curso tem como objetivo principal trazer aos participantes técnicas que propiciem a condução de veículos canavieiros de forma segura e econômica.

CURIÚVA



Derivados do milho

O Sindicato Rural de Curiúva retomou, no início de fevereiro, a oferta dos cursos de capacitação voltados ao produtor rural e seus familiares. Nos dias 4 e 5 de fevereiro foi realizado o curso de Produção Artesanal de Alimentos - Básico em Milho. O curso em parceria com a Associação de Proteção a Maternidade, Infância e Família Curiúva (Apmif), 10 participantes, a instrutora foi Maria de Fátima Bueno Bittencourt.

UMUARAMA



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Umuarama, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) Campus de Umuarama, realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital – nível avançado 24 horas. O curso é dirigido aos produtores e trabalhadores rurais do município e teve duração de 24 horas. As aulas aconteceram no Laboratório de Informática da UEM no período de 28 a 30 de janeiro, com a participação de 13 alunos. O instrutor do grupo foi Clovis Palozzi.



Dá-lhe bambu

Os pandas estão mais ligados aos bambus do que podemos imaginar. “Panda” é uma palavra derivada do Nepal que quer dizer “comedor de bambu”. Já os chineses chamam esse urso de “Xiongmao” ou “Urso Gato Gigante”.



Era ao contrário

A escala de Celsius, inventada por Anders Celsius (1701-1744) de forma contrária. O 0°C seria o ponto de ebulção da água e 100°C seria o ponto de congelamento. Isso foi revertido no ano de sua morte por Carolus Linnaeus, um dos fundadores da Academia Real das Ciências da Suécia, que passou o valor de 0° para o ponto de fusão da água e 100° para o ponto de ebulção.



Mais uma?

E se a terra tivesse mais de uma lua? Seria uma baita confusão: o ciclo das marés, a duração dos dias, a iluminação noturna e a quantidade de eclipses lunares. Isso porque nosso satélite exerce grande influência no sobe-e-desce dos oceanos, na velocidade de rotação da Terra (que determina a duração dos dias) e na quantidade de luz refletida do Sol para cá. Portanto, basta uma.



Uma breve história da medicina

“Eu tenho uma dor de ouvido.” Respostas, de acordo com a época: **2000 a.C.** - Aqui, coma essas raízes. | **1000 d.C.** - Raízes são pagãs, reze. | **1850 d.C.** - Rezas são superstição, beba essa poção. | **1940 d.C.** - Essa poção é óleo de cobra, tome essa pílula. | **1985 d.C.** - Essa pílula é inócua, tome esse antibiótico. | **2000 d.C.** - Antibiótico é artificial, coma essa raiz.

Tonto?

Se você já rodopiou como um pião ou rolou morro abaixo, provavelmente já experimentou tontura ou vertigem. Algumas pessoas sentem-se zonzas até quando se levantam muito rápido. Quando você sente-se zozzo, a parte de seu corpo que percebe os movimentos enviou um sinal errado para seu cérebro. Um sistema surpreendente em seu ouvido interno é a chave para a vertigem.

Atração fatal

Mulher e vitrines/ Homem e cerveja/
Queijo e goiabada. Chifre e dupla
sertaneja/ Carro de bêbado e poste/
Nariz e dedo/ Dedinho do pé e ponta
de móveis/ Tampa de caneta e orelha/
Dor de barriga e final de rolo de papel
higiênico/ Moeda e carteira de pobre/
Leite fervendo e fogão limpinho/Político
e dinheiro público/ Dezembro na Globo e
Roberto Carlos/



Bem tratado

Uma mulher acompanha o marido no consultório do médico. Depois de fazer um check-up, o médico chama a esposa dentro de outra sala. Ele diz: - Se a senhora não seguir estas instruções, seu marido certamente vai morrer. Toda manhã, prepare-lhe um café da manhã reforçado. Seja agradável e faça tudo para ele se sentir bem. Para o almoço, ofereça-lhe uma refeição nutritiva. Para o jantar, prepare pratos especiais. Não o chateie com reclamações porque ele provavelmente pode ter tido um dia exaustivo. Não discuta seus problemas com ele e satisfaça todos os seus desejos. No caminho de casa o marido pergunta o que foi que o médico disse. Ela responde: - Ele disse que você vai morrer!!!



Por que pisca?

O pisca-pisca das estrelas no céu noturno é causado por turbulências na atmosfera da Terra. A imagem de uma estrela é basicamente um ponto de luz no céu. Quando a atmosfera se agita, a luz emitida por uma estrela sofre um efeito de refração e é desviada em diversas direções. Por isso, a imagem da estrela sofre leves alterações de brilho e posição, e ela fica “piscando”.

Big Brother

O primeiro uso de uma aeronave não tripulada carregada com armas letais data de 1849. Nessa época, os austríacos, que controlavam grande parte da Itália, lançaram 200 balões contra Veneza. Cada um levava 15 quilos de explosivos, os quais eram acionados após meia hora, por meio de cronômetros rudimentares. Soldados empinavam os balões e os soltavam quando sentiam um vento favorável. Como a natureza nem sempre colaborava, alguns voltaram para a Áustria. Hoje os céus (inclusive do Brasil) estão cheios de drones (zangões em inglês), pequenos aviões sem piloto controlados remotamente. E não estão de olho apenas em guerrilheiros ou bandidos, podem estar olhando também para você.

Comissões Técnicas preparam Propostas ao Plano Agrícola 2013/2014

Preços praticados, tendências do mercado, infraestrutura, logística, custos de produção, questões sanitárias, política agrícola, meio ambiente, defesa política e econômica. Esse e outros temas fazem parte do mosaico de temas que dez das onze Comissões Técnicas estão realizando entre o último dia 19 até 5 de março. A Comissão de Sanidade segue outra agenda. São os primeiros encontros neste ano e essas avaliações vão subsidiar as propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/14.

Essa interlocução com os produtores, uma das prioridades estratégicas da FAEP, procura estabelecer o diálogo e organizar as demandas do setor produtivo, dando mais visibilidade e efetividade às propostas para políticas públicas. A íntegra das pautas de todas as reuniões já foi encaminhada aos sindicatos rurais.

Assim, as reuniões das comissões são fundamentais para o levantamento dos fatores impeditivos ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e em todas elas os participantes discutem ainda o Código Florestal. Elas são formadas por produtores de todas as regiões do Paraná e se reúnem periodicamente para analisar o panorama de cada uma das atividades e dos grandes temas do agronegócio.

São as seguintes as Comissões da FAEP: Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte, Bovinocultura de Leite, Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura, Avicultura, Cana-de-Açúcar, Cafeicultura, Hortifruticultura, Cereais Fibras e Oleaginosas, Meio Ambiente e Sanidade Agropecuária.

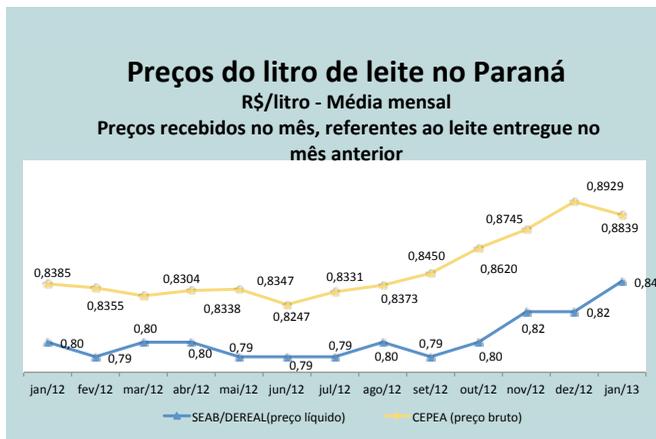


Comissões: Bovinocultura de leite e bovinocultura de corte

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 02/2013

A diretoria do Conceleite-Paraná reunida no dia 19 de Fevereiro de 2013 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II, do Título II, do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em janeiro de 2013 e a projeção dos valores de referência para o mês de fevereiro de 2013, calculados por metodologia definida pelo Conceleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE* - JANEIRO/2013

Matéria Prima	Valor projetado em 15 de janeiro/2013	Valor Final janeiro 2013	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7564	0,7506	-0,0058

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE* - JANEIRO/2013 E PROJETADOS PARA FEVEREIRO/2013

Matéria Prima - Valores finais	Valor final janeiro/2013	Valor projetado fevereiro/2013	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7506	0,7332	-0,0174

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de janeiro de 2013 é de R\$ 1,3633/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conceleite Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conceleite

Curitiba, 19 de fevereiro de 2013.

RONEI VOLPI Presidente

WILSON THIESEN Vice - Presidente

A crise é moral

Rodrigo Constantino

Somos os herdeiros de uma geração mimada, que colheu os frutos do árduo trabalho de seus pais, acostumados com vidas mais duras, com guerras, com diversas restrições. O Estado, porém, se tornou “a grande ficção pela qual todos tentam viver à custa de todos”. O conceito de escassez foi ignorado, e muitos passaram a acreditar na ilusão de que basta um decreto estatal para se obter crescimento e progresso.

Gastos públicos passaram a ser sinônimo de estímulo ao PIB, colocando o termo “austeridade” na lista dos inimigos mortais. O crédito sem lastro para consumo passou a ser visto como altamente desejável, e a poupança individual como algo prejudicial ao crescimento econômico.

Toda uma geração acreditou que era possível ter e comer o bolo ao mesmo tempo, esquecendo o alerta de Milton Friedman, de que não existe almoço grátis. Esmolas estatais foram distribuídas a vários grupos organizados, privilégios foram criados para várias “minorias” e o endividamento público explodiu.

O paternalismo estatal assume que indivíduos não são responsáveis, mas, sim, mentecaptos indefesos que necessitam de tutela.

O Estado de bem-estar social criou uma bomba-relógio, mas ninguém quer pagar a fatura. Acredita-se que é possível jogá-la indefinidamente para frente. Os banqueiros centrais vão criar mais moeda ainda, os governos vão gastar mais e assumir novas dívidas, as famílias vão manter o patamar de consumo e tomar mais crédito, e todos serão felizes. E aí de quem alertar que isso não é possível: será um ultraconservador reacionário e radical.

O paternalismo estatal assume que indivíduos não são responsáveis, mas sim mentecaptos indefesos que necessitam de tutela.

Intelectuais de esquerda conseguiram convencer inúmeras pessoas de que elas não são responsáveis por suas vidas, e sim marionetes sob o controle de forças maiores e determinísticas. Roubou alguém? É vítima da sociedade desigual. É vagabundo? Culpa do sistema. Matou uma pessoa? A arma é a culpada, e a solução é desarmar os inocentes.

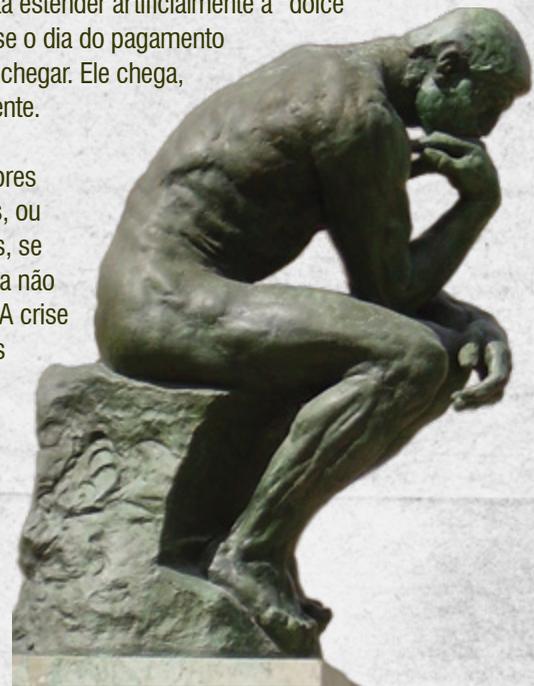
Sob a ditadura velada do politicamente correto, ninguém mais pode dar nome aos bois e colocar os pingos nos “is”. O criminoso vagabundo é a vítima, e sua vítima é o verdadeiro culpado: quem mandou ter mais bens?

Engana-se quem pensa que para sair dessa crise precisamos de mais do mesmo: mais crédito, mais dívida pública, mais gastos de governo, mais impostos sobre os ricos e mais impressão de moeda. Não!

Ela representa estender artificialmente a “dolce vita”, como se o dia do pagamento nunca fosse chegar. Ele chega, inexoravelmente.

Os netos pobres seremos nós, ou nossos filhos, se essa trajetória não mudar logo. A crise não é apenas econômica; ela é moral.

**(texto editado de O Globo)*



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br